

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2000**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil, nas instalações do Clube Sesimbrense, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Américo Manuel Machado Gegaloto e João Paulo Marques Dionísio, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- **1. Apreciação da Actividade Municipal;**-----
- **2. Plano de Pormenor do Pinhal do General;**-----
- **3. Eleição de Representante para Integrar o Júri para a Atribuição do Prémio Municipal de Arquitectura Arqtº. Conceição e Silva.**-----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Mário Cascais Xavier, Américo Manuel Machado Gegaloto, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, João da Silva Lopes, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, José Pedro Simplício Francisco, Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes e Augusto António Marques Duarte.-----

----- Comprovada a existência de quorum, vinte e uma presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

----- Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Paulo Cipriano Soares de Almeida e Manuel Adelino Bernardino.-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Direcção do Clube Sesimbrense a cedência da sala para a realização desta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Informou, depois, que o Membro José António Caeiro Correia, da CDU, havia informado, ao abrigo do disposto do art. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, a sua substituição pelo período e motivo evocados na sua comunicação, tendo convocado o Membro a seguir na ordem da respectiva lista,

Sr. Dinis Marques Pereira, que se encontrava na sala. -----

----- Informou, ainda, que o Membro Miguel Alarcão Bastos lhe havia telefonado informando que se encontrava doente. -----

----- Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e duas presenças, e duas ausências, a dos Membros Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou, também, que quanto às actas das Assembleias Municipais, os textos finais das de 18 de Junho, 9 de Julho, 3 de Setembro e 22 de Outubro, conforme estipulava o Regimento, foram enviados aos Líderes de Bancada, pelo que perguntava se algum dos Membros tinha sugestões de alteração ao texto final das mesmas. -----

----- Não havendo nada a opor, os textos finais das actas foram considerados aprovados. -----

----- Transmitiu, depois, que estava prevista a inauguração das instalações da Assembleia Municipal para 24 de Março, à noite. A 18 de Março, das 9.00 às 18.00 horas, fariam a volta ao Concelho dos Membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, tal como tinham feito há cerca de 2 anos atrás. Estava prevista a realização de uma Assembleia Municipal a 17 de Março, com a necessidade de pelos menos um ponto da Ordem de Trabalhos referente à “Aprovação do Protocolo entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal para a Gestão do Auditório Conde de Ferreira”. Solicitava a todos os Membros que reservassem nas suas agendas aquelas datas para aqueles efeitos. -----

----- Como em relação ao Auditório convinha que se marcassem as sessões da Assembleia com uma antecedência maior daquela que era usual por causa das exposições e das palestras a realizar naquele local, numa mini reunião antes desta sessão já apontaram as Sextas-feiras de 7 e 28 de Abril, 26 de Maio e 30 de Junho. Era evidente que isto não significava que se viessem a realizar todas estas Assembleias, simplesmente era uma reserva que ficava para efeitos de gestão do espaço do Auditório Conde de Ferreira para poder haver uma ligação com exposições ou colóquios que se viessem a verificar nessa sala. Mais para a frente tratariam dos restantes meses do ano em curso. -----

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

----- Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

----- Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Antes da Ordem do Dia”**, lembrando que de acordo com o Regimento ele era de 30 minutos. -----

----- Abertas as inscrições, usou da palavra **o Membro Conceição Morais**, para colocar uma questão

à Câmara que se prendia com o Orçamento de Estado e o PIDDAC, porque estava preocupada com as propostas que surgiam este ano no Orçamento de Estado, começando por perguntar se seria possível informar a Assembleia Municipal se por parte da Câmara tem havido a preocupação em acompanhar a execução das obras previstas em PIDDAC nos anos transactos, ou mais concretamente, a partir de 1998, uma vez que esta Câmara só tinha responsabilidade directa na gestão a partir daquele ano e isto porque haviam coisas que os preocupavam, haviam obras que iam ficando para trás, quando podiam e deviam ser executadas uma vez que até haviam verbas disponibilizadas pelo Governo para a sua execução. -----

----- Por outro lado, gostaria de alertar para duas situações. Quando faziam propostas de alteração ao PIDDAC faziam eco nessas propostas de algumas preocupações que tinham relativamente ao Concelho de Sesimbra e haviam duas propostas que desde 1995 vinham pondo e primeiro era o PSD quando era governo que votava contra e o PS abstinha-se, depois quando o governo passou a ser da responsabilidade do PS passara ele a votar contra e o PSD a abster-se, e estava a referir-se ao Centro de Saúde da Quinta do Conde e lamentavam que tivesse feito parte dos compromissos eleitorais dos partidos da oposição e depois em PIDDAC fosse votado contra. A outra era a via variante de Santana/Porto de Abrigo. Na crónica feita pelo Deputado Hasse Ferreira no Jornal de Sesimbra, referia que o PIDDAC iria ser muito bom este ano para Sesimbra, sobretudo em relação às vias de comunicação. -----

----- Gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara se haveria alguma garantia que este ano finalmente a via variante Santana/Porto de abrigo fosse contemplada, assim como o Centro de Saúde da Quinta do Conde, porque mais uma vez a Bancada do Grupo Parlamentar do PCP ia fazer a proposta de alteração para que fossem contempladas em PIDDAC estas questões.. -----

----- A Assembleia Municipal também tinha responsabilidade nesta matéria, deveria apresentar propostas e não sabia se a Câmara teria feito algumas. Por exemplo, em relação aos Quartéis da GNR num ano vinha considerado no PIDDAC 1 000 contos para o Quartel da GNR de Alfarim, 1 000 contos para o Quartel da GNR da Quinta do Conde e 8 000 contos para o Quartel da GNR de Sesimbra, no ano passado vinham considerados 50 mil contos para Alfarim, 80 mil contos para Sesimbra e 40 000 mil contos para a Quinta do Conde e este ano pasmava-se porque os 50 mil contos para Alfarim passavam para 1 000 contos, dos 80 mil contos para Sesimbra apareciam 5 000 contos e dos 40 mil contos para a Quinta do Conde apareciam 1 000 contos.-----

----- Isto merecia preocupação e teriam que estar muito atentos e a Câmara mais que ninguém deveria estar preocupada com isto e uma vez que ela era da cor do Governo poderia e deveria fazer tudo o que

estivesse ao seu alcance para remediar estas situações que lhes pareciam de todo injustas e que o Concelho não merecia. -----

----- Estavam condenados a ser um concelho terceiro mundista neste aspecto. -----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, o **Presidente** disse que a intervenção do Membro Conceição Morais tinha sido bastante pertinente, porque todos os presentes iriam ter a oportunidade de saber da preocupação da Câmara em acompanhar o processo da evolução das obras que constavam em PIDDAC para o ano de 1999 e de conhecer também aquilo que a Câmara tinha conhecimento e face àquilo que iria dizer todos iriam aperceber-se que sempre que lhes era possível recorriam junto dos Membros do Governo e não só para saber o porquê da não evolução desses processos. -----

----- Era sabido por todos a obra que estava a ser realizada na Capela do Cabo Espichel. Estavam programados 30 mil contos para execução de obras na Capela para o ano de 1999 e podia afirmar que essa mesma verba fora esgotada durante esse ano. -----

----- Quanto aos Quartéis da GNR era tudo verdade o que o Membro Conceição Morais falara mas também não deixava de ser verdade que em 1999 fora criado finalmente pelo então Ministro da Administração Interna, Dr. Jorge Coelho, o Posto da GNR em Alfarim e que viera contribuir significativamente para que toda aquela zona do concelho passasse a ficar melhor servida em termos de segurança. -----

----- Quanto aos Quartéis de Sesimbra e da Quinta do Conde ainda há poucos dias recebera um ofício do Sr. Director do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações, fruto das conversas e das reuniões que tinha tido, o qual passava a ler, ficando, desde, já os Vereadores a conhecer o seu teor: -----

----- “Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra -----

----- Assunto: “Instalações da G.N.R. na Quinta do Conde e em Sesimbra” -----

----- Ciente da importância e do interesse do assunto em questão, venho por este meio informar V. Exª. da situação actual dos projectos das novas instalações da G.N.R. na Quinta do Conde e em Sesimbra. -----

----- Os projectos estão em curso, logo que os mesmos estejam concluídos iniciar-se-à o processo de concurso de empreitada. Se tudo correr dentro dos prazos previstos, esperamos poder iniciar as obras durante o ano corrente. “ -----

----- Quanto ao porto de abrigo era sabido e conhecido das obras que se têm realizado. Não, decerto, aquelas que desejariam, mas em função das verbas que estavam programadas para 1999, algumas obras foram feitas, obras essas que ainda estavam a decorrer. -----

----- Quanto à extensão de saúde da Quinta do Conde era sabido por todos, e todos os presentes na sala reivindicavam da necessidade da construção de uma nova extensão de saúde para a Quinta do Conde, que infelizmente as instalações de saúde noutras áreas do Distrito, noutras áreas da região, noutros concelhos do país eram muito mais deprimentes e muito mais degradantes que aquelas que tinham na Quinta do Conde. -----

----- Não deixava de ser verdade que queriam melhores condições para os munícipes da Quinta do Conde e isto porque o crescimento demográfico daquela zona estava a olhos vistos e ele quando tivera a oportunidade de receber a Comissão de Utentes do Serviço de Saúde da Quinta do Conde dissera-lhes que na revisão do Plano iria ser contemplado um espaço para ser cedido à estrutura de saúde com vista à construção da nova extensão de saúde. Tivera a oportunidade de reafirmar isto ao então Sr. Coordenador Sub-Regional de Saúde e, decerto, na primeira vez que se encontrasse com o novo Coordenador iria dar-lhe a conhecer também da necessidade de uma nova extensão de saúde para a Vila da Quinta do Conde. Quanto às acessibilidades, numa das últimas reuniões da Junta Metropolitana de Lisboa onde estiveram presentes a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Planeamento e o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, em que o Vice-Presidente, Dr. Manuel José Pereira, estivera em sua representação, fora transmitido pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Luis Parreirão, que a variante ao porto de abrigo iria ser uma realidade a curto prazo. Nesse mesmo dia tivera a visita do Chefe de Gabinete e do Assessor do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas ao porto de abrigo, e por isso é que não pudera estar na reunião da Junta Metropolitana, porque quiseram ver “in loco” por onde é que a variante iria passar, e também se tinham deslocado à Quinta do Conde afim de observarem no local da necessidade que existia quanto à construção do nó desnivelado da E.N. 10. -----

----- Eram preocupações de todos e estavam certos que durante este ano e 2001 as obras neste concelho iriam ser uma realidade e todos se iriam congratular por esse facto. -----

----- **O Membro Conceição Morais** disse que em relação ao Cabo Espichel o ano passado a verba fora integralmente gasta mas não tinham sido 30 mil contos mas sim 25 mil contos, que era o que vinha em PIDDAC e o que fora realmente gasto. -----

----- Tendo em conta as informações dadas pelo Presidente da Câmara, gostaria que ele fizesse um esforço junto do seu Grupo Parlamentar para votarem favoravelmente as propostas do PCP, sobretudo as que diziam respeito ao Concelho de Sesimbra. -----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente** disse que naturalmente que o Grupo Parlamentar do PS, em especial os eleitos pelo Distrito, estavam a par das necessidades do Concelho e

eles defendiam e iriam continuar a defender os interesses do Concelho.-----

----- Quanto ao Cabo Espichel o que era importante era que as obras continuavam a desenvolverem-se na Capela e, conforme contacto com o Sr. Presidente do ENATUR, estava previsto para o dia 31 de Março a assinatura do protocolo com a ENATUR, Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com a Direcção-Geral do Património e a Câmara Municipal de Sesimbra com vista à construção de uma pousada no Cabo Espichel e a recuperação da ala sul. Era um obra que teria que estar concluída ao fim de 3 anos a partir do dia da assinatura desse protocolo.-----

----- Encerrado este Período, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período da “Ordem do Dia”**, passando-se ao ponto 1: “**Apreciação da Actividade Municipal**”, informando que a documentação fora enviada a todos os Membros e que a novidade da informação era que de acordo com a nova legislação era também apenas uma informação sobre a situação financeira do Município. -----

----- Perguntou, depois, à Câmara Municipal se desejava fazer alguma intervenção inicial ou se preferia aguardar os pedidos de esclarecimento dos Membros da Assembleia. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que em termos de reuniões com entidades, tinham reunido com a Associação de Socorros Mútuos sobre a Capela do Espírito Santo e dos Mareantes, porque era de toda a importância que de uma vez por todos a Câmara e aquela Associação se entendessem porque o projecto com vista à cobertura da Capela do Espírito Santo estava em fase de conclusão e a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais queria avançar com essa obra e tinha havido todo o interesse naquela reunião para verem da possibilidade de haver uma permuta em termos de edifícios com vista a poder facilitar a execução da obra naquela Capela. -----

----- Reuniram com a Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde.-----

----- Reuniram, também, com a Associação Nacional das Empresas Produtoras de Areia e receberam os Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia e do Clube Sesimbrense os quais deram a conhecer da eleição dos novos Corpos Sociais e apresentaram cumprimentos à Câmara. -----

----- Em termos do processo da Aldeia do Meco, depois de terem reunido com a Comissão daquela localidade reuniram com a AFLOPS e foram recebidos por todos os Grupos Parlamentares com acento na Assembleia da República. Há excepção do CDS/PP, foram amavelmente e cordialmente recebidos e todos eles se mostraram também conhecedores de todo este processo e deram a conhecer que iriam tomar algumas atitudes de modo, também, a evitarem que aquele empreendimento fosse uma realidade na Aldeia do Meco. -----

----- Também fora recebido pelo Sr. Procurador Geral da República, o qual também lhe dera a conhecer da tomada de posição da Procuradoria.-----

----- Entregaram 48 fogos de habitação social na Quinta do Conde.-----

----- Assinaram com a Caixa Geral de Depósitos um protocolo financeiro de cooperação que garantia condições especiais a determinados serviços, pessoal e também a eleitos. Assinaram um protocolo com a AFLOPS, no âmbito do projecto “Life Natureza” e assinaram também um protocolo com a Faculdade de Belas Artes de Lisboa para a promoção de actividades culturais.-----

----- Reuniram com o Sr Ministro do Ambiente sobre águas e esgotos.-----

----- Estiveram numa reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa da CCRLVT sobre o Plano de Actividades e Orçamento para 2000 da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Reuniram com o Sr. Director Regional do Ambiente por causa da Lagoa de Albufeira.-----

----- Estiveram na apresentação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no Centro de Congressos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e também estiveram na apresentação da edição do Plano Estratégico da Região de Lisboa, do Oeste e Vale do Tejo.-----

----- Também estiveram na conferência introdutória de agenda da Presidência Portuguesa nos assuntos JAI.-----

----- Estiveram em quatro reuniões da Junta Metropolitana de Lisboa e estiveram em alguns eventos sociais.-----

----- Dada a palavra **ao Membro Carlos Filipe**, este começou por perguntar qual era a posição do Procurador Geral da República relativamente à questão da Aldeia do Meco e se o Presidente da Câmara lhes poderia informar em concreto quais tinham sido os passos dados até agora pelo próprio governo relativamente a este processo para saberem em que estado ele se encontrava.-----

----- Perguntou, depois, se lhes poderia ser feito um balanço sobre aquilo que estava a ser feito na Lagoa de Albufeira, relativamente à implementação de todos os projectos de abastecimento de água e em que fase é que estavam.-----

----- **O Membro Joaquim Martelo** disse que tinham tido conhecimento que os limpa fossas estavam a fazer as descargas na zona do Pinhal do Cabedal em terreno de céu aberto sem o mínimo de condições, o que lhe parecia bastante prejudicial. Gostaria de saber se era possível ou não fazerem essas descargas na ETAR da Quinta do Conde.-----

----- Também tivera conhecimento que movimentos ecologistas tinham ido ou iam visitar o sítio e fazerem uma reportagem sobre essas descargas.-----

----- Depois, disse que tivera conhecimento que a Câmara se preparava para entregar ao proprietário da casa do Castelo uma verba que considerava avultada. Isso a ser verdade, porque é que não iam para a expropriação dessa casa, tendo pedido que lhe fosse esclarecido o que é que se passava em relação a isso. -- -----

----- **O Membro José Pedro Simplício** disse que há cerca de duas semanas atrás, e uma vez mais, tivera a oportunidade de visitar parte do troço correspondente à rede viária do Castelo, que correspondia, grosso modo, a uma via empedrada de origem supostamente romana e tivera a oportunidade de constatar que ao longo e ao fim de todos estes anos nada fora feito para a sua preservação. Essa via encontrava-se em estado de degradação efectiva e gostaria de saber se da parte da Câmara Municipal têm sido tomadas alguma medidas, no sentido do acautelamento e da preservação desse bem que considerava ser património do município. -----

----- Outra questão prendia-se com a Capela do Espírito Santo dos Mareantes. Ao que parecia a Câmara estava atenta a esse assunto, agora a ele preocupava-o a seguinte situação: Como era do conhecimento de todos, existia um património no interior dessa Capela extremamente rico que se prendia com os desenhos únicos esboçados nas suas paredes. -----

----- Há cerca de dois anos atrás, aquando da cobertura do edifício, tivera a oportunidade de observar que esses desenhos não estavam a ser devidamente protegidos como deveriam ser. Na altura existiam, inclusive, vestígios de algas sobre esses mesmos desenhos. Gostaria de saber se a Câmara estava atenta em relação a este assunto particular. -----

----- Para terminar, disse que em artigo publicado na semana passada num jornal local, referente à edição de Fevereiro, tiveram a oportunidade de ler um imprudente artigo de um apaniguado ou mesmo militante socialista, no qual era denunciado que, ao que parecia, a Câmara Municipal adquirira ao herdeiro de Rafael Alves Monteiro um conjunto avultado de documentos, propriedade da Câmara Municipal, ou seja, a Câmara comprava o que era seu entregando dinheiro a terceiro. Deixava à consideração da Câmara Municipal esta situação. -----

----- **O Membro Carlos Afonso** disse que em relação à autorização para uma abertura de processo de consulta à banca para um novo pedido de empréstimo no valor de meio milhão de contos, gostariam de saber para que efeito era, a que se destinava, se já haviam alguns projectos para algumas obras previstas para mais um endividamento. -----

----- Em relação ao mapa que acompanhava a Actividade Municipal, sobre os empréstimos de médio e longo prazo no valor de 800 mil contos solicitados em 1996, salvo erro, gostaria que lhe fosse

esclarecido, em termos de valor previsto e valor já utilizado, nomeadamente em termos das obras levadas a cabo neste empréstimo.-----

----- Outra questão tinha a haver com as piscinas. No último trimestre do ano passado a Câmara licenciara cerca de 30 piscinas no concelho e neste último mês licenciara mais 30 novas piscinas. Não tinha nada contra as piscinas, gostaria era de saber se, de facto, estas piscinas eram licenciadas de acordo com o Regulamento aprovado pela Assembleia Municipal e se as populações do concelho estavam salvaguardadas em termos de abastecimento público para que no futuro não tivessem problemas.-----

----- Para terminar, gostaria de saber qual o ponto de situação em termos da descentralização efectuada às Juntas de Freguesia. Gostaria de saber se as populações tinham tirado uso fruto da descentralização efectuada, porque assistia-se agora a pequenas situações no concreto em termos de descentralização que ele considerava que não era a política correcta. Se havia a intenção da Câmara Municipal este ano partir para novos aspectos em termos de descentralização, não compreendia como é que apareciam já situações pontuais, quando continuavam a aguardar novas descentralizações, como havia sido prometido. -----

----- **O Membro Conceição Morais**, reportando-se às deliberações da reunião de Câmara de 15 de Dezembro, relativamente à construção de um parque de merendas na Freguesia do Castelo, gostaria de saber onde era.-----

----- Outra questão tinha a ver com a referência a um contrato de financiamento para a construção de 3 fogos para venda na Rua da Cruz. Gostaria de saber se eram só 3 fogos ou se seria gralha. -----

----- **O Membro João Lopes** começou por dizer que em relação a questões relacionadas com a pesca nunca vinha nada referido na informação da Actividade Municipal. Gostaria de lembrar que, em relação aos subsídios a Secretaria de Estado das Pescas quando decidira a atribuição de subsídios comprometera-se a vir a Sesimbra, não o fizera e transmitiu essa responsabilidade a uma Associação de Armadores numa reunião onde também estivera presente o Presidente da Câmara, para esclarecerem as situações. Nessa reunião achara uma passividade intensa que entendera intervir e fazer uso das suas preocupações em relação à situação. -----

----- Nesse seguimento, o Amadeu Penim, na qualidade de Presidente da Câmara intitulara a sua intervenção como se ele estivesse a envenenar a reunião. O facto era que, três meses passados, verificava-se que as preocupações emitidas por ele eram verdade, que era, não se aceitar com a passividade que se estava a aceitar as decisões da Secretaria de Estado das Pescas que, eventualmente,

iria originar aquilo que se estava a passar, ou seja, haviam armadores preocupados sem saberem o que haviam de fazer às suas embarcações de futuro e se, eventualmente, houvesse um acordo, independentemente da forma como pudesse vir a ser contemplado, perguntavam-se com que homens é que contavam para fazer uma tripulação para andar ao mar, assim como começava a haver preocupação nos profissionais da pesca que se eventualmente conseguissem actividades paralelas à pesca, provavelmente alguns deles seriam capazes de pôr a actividade da pesca em segundo plano. -----

----- Era evidente que eram questões que ele à partida considerara preocupantes e que eram exactamente aquelas que se verificavam. No entanto, para minimizar essas questões fora atribuído um subsídio aos pescadores, subsídio esse que o primeiro fora atribuído a 20 de Dezembro, o segundo já fora nos primeiros dias de Fevereiro. -----

----- Se por acaso acontecesse outra situação como esta de estarem 45 dias à espera de subsídio, gostaria de saber se a Câmara teria alguma ideia de poder minimizar os problemas dos trabalhadores da pesca na medida em que sabiam que havia muita gente com casas por pagar, com dívidas ao banco e com compromissos familiares que não poderiam estar à espera de 130 000\$00 por 45 dias consecutivos.

----- Gostaria, também de saber se a Câmara ainda mantinha a ideia de aguardarem com serenidade a decisão ou o possível acordo Marrocos/União Europeia para os barcos portuguesas, concretamente o Concelho de Sesimbra, da forma como estava a ser feita, sabendo-se, à partida, que quer armadores quer pescadores tinham dificuldades, uns por causa das embarcações e outros por causa dos seus postos de trabalho sem saberem qual será o seu futuro. -----

----- O Director da Comissão da Câmara de Comércio Marrocos/Portugal, numa visita que fizera o ano passado, dissera claramente que era possível haver acordos bilaterais entre Sesimbra e Rabat, ou entre Marrocos e Portugal, mais concretamente. -----

----- As suas preocupações continuavam e entendia que era desta forma que o Concelho de Sesimbra deveria ser defendido. A pesca como actividade mais predominante do Concelho de Sesimbra estava de rastos, havia uma boa parte de pescadores e armadores que estavam paralisados em virtude de não poderem pescar. -----

----- Havia situações que a Câmara poderia aceitar e não as quisera. Lembrava que no último Plano de Actividades sugerira que viesse contemplado algo sobre a pesca e não fora contemplado nada e recentemente tinham tido o cuidado de sugerir ao Sr. Secretário das Pescas que mesmo dentro deste âmbito de subsídios, quer a armadores quer a pescadores, deveriam arranjar um barco mãe para apoiar estas embarcações a trabalharem dentro das nossas 200 milhas, àquilo que se chamava “ao anzol”, que

era o palangre de superfície e as espécies poderiam não ter o valor comercial mas poderiam ter aproveitamento para a economia portuguesa. -----

----- Outra das suas sugestões era que as embarcações que pudessem ser reconvertidas para poderem pescar na Mauritânia, começassem a ganhar armadores e pescadores para o fazerem, afim de que pudessem voltar à actividade e não estarem mais meses à espera nesta situação, porque depois poderia suceder que quer o Concelho de Sesimbra, quer o Distrito perdesse e que, inclusive, os pescadores deixassem de ser profissionais de pesca para serem pedreiros ou exercerem outra actividade. -----

----- A Câmara Municipal tomara uma iniciativa junto com a Forpescas de levar a efeitos cursos, como a carta de arrais e pescador C para o pessoal de terra a fim de terem cédula marítima, mas aquilo que ele defendia era que se dessem cursos mas pós laboral a todos os pescadores e não a pescadores inactivos. Por outro lado, era necessário que a Câmara percebesse que quando estava a dar a oportunidade de qualquer pescador inactivo com mais de cinco anos de cédula ter a carta de arrais estava a alimentar esperanças, porque neste acordo de 2000/2006 não estava contemplada a construção de novas embarcações. -----

----- **O Membro Aires Lisboa**, reportando-se à ponte que ligava Alfarim à Aldeia do Meco, disse que ao fim de tanto tempo lá tinham sido feitas obras na ponte, mas que ela estava mais larga mas estava pior do que estava porque os carros quase não podiam passar por lá. Havia buracos quase de meio metro de profundidade, há quinze dias que a obra estava parada e não sabia quem é que iria acabá-la. ---

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente**, começando por reportar-se à intervenção do Membro João Lopes, disse que sendo ele membro do Sindicato e da Mútua dos Pescadores ficava-lhe bem defender os pescadores e os armadores, agora o que ressaltava da sua intervenção era que ele estava muito preocupado também com a intervenção da Câmara em todo este processo. Era sabido que a Câmara recebera o Sr. Ministro Delegado das Pescas de Marrocos, que fora com armadores a Casa Blanca, que tivera várias reuniões com o Sr. Secretário de Estado e com os armadores e pescadores e todos tinham conhecimento do papel que a Câmara vinha tendo junto da Secretaria de Estado e não só, quanto a este problema que afectava grandemente os nossos pescadores, armadores, o comércio, a industria naval e todos os demais comerciantes ligados à pesca. A Câmara vinha fazendo tudo o que estava ao seu alcance e continuaria a fazê-lo. -----

----- Quanto à formação aos pescadores que operavam na costa de Marrocos, estavam ao lado da Forpescas porque uma vez que esses pescadores estavam parados havia necessidade de dar-lhes formação de modo a que eles pudessem ocupar esse tempo numa forma proveitosa para eles em termos

futuros, se eventualmente não pudessem vir a pescar em águas longínquas. A Câmara tem estado ao lado de todos e tem dito aos membros do governo da necessidade que existia em encontrar-se uma solução para o problema que se abatia sobre Sesimbra e em especial sobre a classe piscatória. -----

----- Quando o Membro João Lopes dizia que naquela reunião ele tinha afirmado que ele tinha tentado envenenar os pescadores e os armadores fora verdade que o dissera porque o que estava ali a ser discutido era o montante do subsídio que o governo em conjunto com verbas também recebidas da Comunidade Europeia iria atribuir aos pescadores e armadores e o Membro João Lopes dizia que deduzir aos 80 000\$00 os vários descontos os pescadores não iriam receber quase nada, quando todos já sabiam que o valor do subsídio iria ser de 134 000\$00, como tinha sido afirmado pelo Sr. Secretário de Estado, e que não iria ser objecto de descontos para a Segurança Social. Naturalmente que como todo o português que pagava as suas contribuições, especialmente o IRC, se atingissem o montante com vista ao desconto para o IRS era isso que eles iriam pagar mas depois de apresentada a sua declaração. Aliás, o Membro João Lopes sabia que não tinha tido concordância por parte dos armadores e dos pescadores que estavam presentes nessa reunião. -----

----- Têm estado em contacto permanente com a Secretaria de Estado para saberem qual a evolução de todo este processo. Naturalmente que era sabido por todos da intransigência do Governo Marroquino em não querer fazer um novo acordo com a União Europeia em termos das pescas, mas também era já sabido pela classe piscatória que a República da Argélia já se disponibilizara para fazer acordos com Portugal com vista a alguns dos nossos barcos irem pescar nas costas da Argélia. Era sabido, também, que fora a Câmara, em contacto quer com a Secretaria de Estado quer com a Embaixada da Argélia que dera conhecimento aos pescadores desta possibilidade. -----

----- A Câmara, dentro daquilo que lhe era possível, vinha fazendo tudo quanto estava ao seu alcance para minimizar este problema que era extremamente grave para todos aqueles que de uma forma directa ou indirecta viviam da pesca. -----

----- Quanto à intervenção do Membro Aires Lisboa, felizmente que ele reconhecia que ao fim de tantos anos a Câmara Municipal estava a proceder à reparação da ponte do concelho que ligava Alfarim à Aldeia do Meco. A obra ainda não estava concluída e naturalmente que o iria ser quanto antes. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Membro Conceição Morais sobre a aprovação de um parque de merendas na Freguesia do Castelo, informou que aquele projecto era da Junta de Freguesia, financiado em parte pela Câmara, tinha ido a reunião de Câmara e fora aprovado, fora também elaborado um protocolo, que fora aprovado, e este parque iria ser construído em breve no caminho do Castelo perto do

cruzeiro onde estava instalada a morgue. Quer a Câmara quer a Junta já tinham dito junto da autoridade de saúde que aquele espaço não tinha condições para receber cadáveres, pelo que estavam criadas as condições para que aí se construísse um parque de merendas.-----

----- Julgava que era por aí que também passava o caminho romano referido pelo Membro José Pedro Francisco e ainda hoje conversando com o Presidente da Junta de Freguesia dizia-lhe ele da necessidade que havia em reparar aquele caminho, sendo um dos outros projectos da Junta de Freguesia.-----

----- Quanto ao contrato de financiamento para a construção de 3 fogos para venda, na Rua da Cruz, a Assembleia Municipal aprovara um financiamento para a construção de 21 fogos no âmbito do PER e para 3 fogos para venda, uma vez que o PER já não comportava aqueles 3 fogos. Admitia que o Membro Conceição Morais não tivesse estado presente nessa sessão, razão pela qual colocara aquela questão.-----

----- Sobre o pedido de esclarecimento solicitado pelo Membro Carlos Afonso relativamente ao pedido de financiamento à banca de 500 mil contos, informou que durante o ano 2000 queriam fazer um investimento sério em termos das escolas e então a grande parte dessa verba seria canalizada para obras na área da educação, mas o Vereador Cristovão daria um melhor esclarecimento.-----

----- Quanto ao mapa que acompanhava a informação da Actividade Municipal sobre as obras realizadas e quanto a outros financiamentos e o que já fora gasto e o que faltava gastar o Vereador Manuel José Pereira também daria conhecimento.-----

----- Quanto à preocupação do Membro Carlos Afonso em relação à construção de novas piscinas, a sua preocupação deveria ser outra, porque no passado as piscinas construíam-se e não eram licenciadas e agora elas vinham à Câmara e eram licenciadas. Era exigido que tivessem um contador próprio para o seu enchimento, era exigido que a conduta que abastecia a piscina fosse só uma conduta de 20 para que a piscina não fosse cheia de um momento para o outro e que levasse a que outras zonas próximas ficassem sem água, queriam saber para onde é que iam as águas aquando do despejo das piscinas e assim é que estavam a trabalhar bem e não no passado.-----

----- Quanto à Capela do Espírito Santo e Mareantes e à preocupação do Membro José Pedro Francisco se aquelas figuras que na década de 70 que tinham sido descobertas estavam ou não a ser preservadas, elas efectivamente estavam a ser preservadas, a partir do momento em que tinham mandado colocar toda aquela cobertura provisória. Em simultâneo, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais estava a elaborar o projecto com vista à cobertura final, o qual em breve estaria concluído e a obra iria avançar.-----

----- Quanto à notícia publicada num jornal local de um imprudente militante socialista de que a Câmara tinha comprado documentos, ele não tinha conhecimento dessa notícia e isso não lhes dizia respeito. O que lhes dizia respeito eram os actos da Câmara e não tinham adquirido nada, agora, não deixava de ser verdade era que a Câmara deliberara adquirir a casa do Castelo por 30 mil contos e a maioria do executivo aprovara. Tinham a necessidade de, quanto antes, chamarem para o património da Câmara aquela casa para poderem continuar a investir no Castelo de forma a que todos os que o visitavam, e em especial os sesimbrenses, pudessem dizer que finalmente tinham um lugar histórico e que poderia ser visitado. Aliás, no dia 25 de Abril já estavam a pensar abrir a casa do Castelo como Centro de Documentação Rafael Monteiro. -----

----- Quanto à Lagoa de Albufeira, a obra de abastecimento de água estava em adjudicação e estava em vistas de levar à Câmara a abertura de concurso para a construção da rede interna de abastecimento de água. Já no próximo Sábado, nas instalações da Câmara, uma Augi iria abrir propostas para o abastecimento de água dentro da própria Augi. Tudo estava encaminhado de modo a que quanto antes a Lagoa de Albufeira passasse a ter finalmente água potável da rede para abastecimento. -----

----- Quanto à Aldeia do Meco, o governo fizera aquilo que o Sr. Ministro anunciara, ou seja, junto do Ministério Público requerera a suspensão da eficácia do alvará e a Senhora Magistrada do Ministério Público, reconhecendo que havia matéria para a suspensão do alvará, também requerera ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa. -----

----- Dada a palavra **ao Vice-Presidente, Vereador Manuel José Pereira**, este, reportando-se à questão do Membro Carlos Afonso sobre os empréstimos de 1 milhão e de 800 mil contos, disse que, como era sabido, estes empréstimos tinham sido aprovados pela Assembleia Municipal, com uma listagem de obras as quais deveriam ser, em parte, financiadas pelo recurso a esta forma de financiamento e se a Assembleia tivesse o cuidado de ver no início quais eram as perspectivas de utilização e em cada momento em que remetiam esta informação, o que já fora utilizado, por diferença chegaria ao que faltava utilizar e em que obras. De qualquer das formas, em relação ao empréstimo de 800 mil contos a única verba que estava neste momento disponível eram cerca de 102 mil contos, que era uma espécie de reserva, uma vez que estava previsto que a obra de abastecimento de água à Lagoa fosse, em parte, financiada por recurso a esta fonte e já tinha havido, inclusivamente, a necessidade de prorrogação do prazo deste empréstimo por mais 6 meses e iam tentar ainda iniciar esta obra por recurso a estes 100 mil contos. Em relação ao milhão de contos a parte de capital ainda disponível, 600 mil contos, dedicar-se-ia em grande medida à obra do cinema que estava também prestes a ser iniciada e

ainda à obra de saneamento da bacia que já tinha começado a ser utilizada mas que haveria ainda a necessidade de mais recurso a financiamento deste empréstimo. -----

----- **O Vereador Cristovão Rodrigues**, reportando-se ainda à intervenção do Membro José Pedro Francisco, sobre a Capela do Espírito Santo, acrescentou que para além da cobertura provisória colocada, os próprios desenhos esboçados que referira, tinham sido recuperados em Novembro de 1998 no Instituto José de Figueiredo, pelo valor de 360 000\$00. Esta recuperação permitia a fixação daquilo que restara face à situação de uma certa incúria que se verificara em termos da degradação da cobertura original do edifício. -----

----- Quanto ao artigo de um eventual militante socialista sobre a aquisição de espólio de Rafael Monteiro, fora efectivamente adquirido, pela gestão CDU, há cerca de 5 ou 6 anos. Se tinha sido bem ou mal comprado não sabia. Sabia que estava a ser recuperado, iria ser integrado no espólio que iria estar patente nas futuras instalações do Arquivo Municipal que brevemente iria ser inaugurado, passível de ser utilizado e consultado pelo público. -----

----- Quanto ao empréstimo de meio milhão de contos que estava neste momento a ser negociado com a banca, correspondia ao investimento que a autarquia ia fazer na área da educação, nomeadamente na Escola Básica do 1º. Ciclo nº 3 do Conde 1, uma obra prevista em 320 mil contos, na Escola Básica do 1º. Ciclo nº. 2 de Santana, ampliação da Escola da Cotovia, uma obra prevista em 170 mil contos, na Escola Básica do 1º. Ciclo nº. 2 de Sesimbra, arranjos dos espaços exteriores, uma obra prevista em 50 mil contos e no Pavilhão Municipal da Quinta do Conde, obra prevista em 350 mil contos. Sete salas destas Escolas foram candidatas à DREL, parcialmente, nomeadamente por corresponderem ao programa de expansão pré-escolar. Sabia que essas candidaturas tinham passado a primeira fase, que era a mais difícil, estavam a aguardar os montante do previsível financiamento. -----

----- Quanto ao Pavilhão Municipal da Quinta do Conde tinha já um financiamento garantido de 100 mil contos e em termos de arranjos exteriores havia também a promessa por parte da DREL para obterem financiamento. Daí que restasse, em termos da intervenção da autarquia, cerca de meio milhão de investimento, ou eventualmente um pouco mais. -----

----- Quanto aos projectos das escolas neste momento foram também enviados para obterem o parecer favorável da DREL, estavam em apreciação, brevemente estariam passíveis de lançar concurso.

----- Quanto à questão da descentralização, era conhecido da Assembleia o que decorreria, nomeadamente a delegação para as pequenas intervenções nas escolas e consultando a comunidade escolar fora unânime a opinião de todas as directoras das escolas sobre o papel importantíssimo que as

Juntas de Freguesia têm vindo a desempenhar, face à sua presença constante.-----

----- Para além desta descentralização tinham também a descentralização em termos das licenças de caça, e estava neste momento a preparar o processo de descentralização na área da toponímia, tendo já reunido com as Juntas de Freguesia.-----

----- Queria também lembrar um conjunto que, não constituindo propriamente uma descentralização, constituía um trabalho de parceria extremamente importante e benéfico para a população em áreas como a do Castelo, em áreas como do espaço jovem da Quinta do Conde, em áreas como a criação de cursos de inforjovem, etc.. -----

----- Queria referir ainda que este executivo deliberara em 1999 a atribuição de 3 mil contos a cada Junta de Freguesia, processo que se seguiria este ano com a atribuição de 4 mil contos e que têm sido concretizados em projectos concretos, nomeadamente o do parque de merendas, o parque infantil da Quinta do Conde e outros projectos que iriam aparecer.-----

----- **O Vereador Alberto Gameiro**, reportando-se à intervenção do Membro Joaquim Martelo, relativamente à questão do saneamento, disse que era verdade que os limpa fossas estavam a despejar naquilo que era considerada a lixeira do Cabedal e não era situação recente, era uma situação que se tinha prolongado ao longo do tempo e que neste momento colocara a Câmara perante uma situação difícil. Não era fácil para um concelho como este que ao longo dos anos fora pura e simplesmente abandonando a resolução dos problemas da rede de saneamento básico, em que era autorizado para qualquer tipo de construção as fossas sépticas, mas depois também a solução tomada para despejar essas fossas seria despejarem nas lixeiras. Era natural que o Ministério do Ambiente se tivesse deslocado ao local talvez por sugestão de alguém para verificar o que ali se estava a passar e continuava-se a proceder ao despejo de fossas no restante da lixeira que funcionava ainda , enquanto ela não estivesse totalmente encerrada. -----

----- Não escondiam que era uma situação que os preocupava mas também não era solução irem despejar na ETAR da Quinta do Conde porque quem conhecia alguma coisa da matéria, era sobejamente conhecido que não bastava ter uma ETAR para se lá ir despejar as fossas porque o produto que era retirado das fossas não poderia ser despejado directamente dentro de um sistema que teria de ser biodegradável e que tinha que ter o seu tempo de decomposição antes de entrar no sistema bioquímico da própria ETAR.-----

----- Também era sobejamente conhecido que a própria ETAR da Quinta do Conde ainda estava em processo de ligação, ou seja, tinham autorização do Ministério do Ambiente para o tratamento primário,

o que lhes permitia era fazer a retenção de lamas e de detritos. O tratamento biológico não estava a ser feito porque não tinham o leito perculador a funcionar com a autorização do Ministério do Ambiente, mas também convinha ser dito que estavam a trabalhar para começarem a resolver o problema. Tinham em processo de adjudicação a obra de entrada das lagoas da Carrasqueira, cujo custo era de 60 mil contos, que lhes iria permitir fazer a recuperação daquelas lagoas. Estavam a adjudicar a execução de diversos projectos para drenagem de redes de esgoto em diversas áreas do Concelho. A Câmara estava a planear uma interligação entre redes a construir e aquilo que era possível executar. -----

----- Quanto aos limpa fossas haviam concelhos que pura e simplesmente despejavam tudo nas linhas de água. No Concelho de Sesimbra foram recorrendo sistematicamente à execução de fossas, agora estavam com o problema de ver o que iriam fazer com o produto produzido no despejo dessas mesmas fossas. Na Quinta do Conde estavam a analisar a possibilidade de construírem um tanque para retenção do produto proveniente do limpa fossas durante algum tempo, o que permitia não colocar em causa os equipamentos existentes. Relativamente à restante parte do concelho não seria viável ir um tractor à Quinta do Conde porque isso em termos financeiros iria ser muito dispendioso para as pessoas que tinham as fossas. -----

----- Quanto aos movimentos ecologistas irem visitar o sítio e irem fazer um programa sobre o assunto, como Vereador responsável pela área estava disponível para prestar todos os esclarecimentos que os ecologistas viessem colocar, agora não viessem era com uma bandeira em que um dia um grupo de ecologistas estava num lado e no dia seguinte estava a fazer projectos para vender para o outro lado.

----- **O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que quando o Presidente da Câmara se referira às questões da pesca falara que existia a disponibilidade da Argélia para que as embarcações portuguesas pudessem lá ir pescar. Gostaria de saber como é que se iria articular isto, ou seja, se estava algum projecto de integração a isto dentro da política comum de pescas, porque sabiam que era impossível o estabelecimento de acordos bilaterais fugindo à política comum de pescas, ou se isto seria mais um foguete que se atirava para o ar da mesma forma que se fizera relativamente à viagem a Marrocos. -----

----- Relativamente à questão dos despejos perguntava ao Vereador Gameiro porque é que os despejos eram feitos no Cabedal e não eram, por exemplo, feitos directamente nas lagoas da Ferraria que seria, eventualmente, mais indicado. -----

----- **O Membro João Lopes** disse que muito antes do 25 de Abril já defendia os pescadores e armadores, mas também era verdade que se, neste momento, estava preocupado com os pescadores e armadores, também estava preocupado com a Câmara. Estava-se nas tintas que a Câmara fosse dirigida

pelo PS ou por outro partido qualquer, o que estava em causa era um problema de um sector que era o mais representativo do Concelho de Sesimbra e que neste momento estava a perder credibilidade porque, em sua opinião, a Câmara não estava a dar a melhor atenção a esta situação. A Câmara recebera o Ministro Marroquino, a Câmara deslocara-se a Casa Blanca, a Câmara deslocara-se a Bruxelas, a Câmara fizera reuniões com a Administração das Pescas, mas na prática era igual a zero porque aquilo que os pescadores e os armadores queriam era trabalhar e queriam um novo acordo e todos já sabiam em 1995 que o acordo não iria ser renovado em Dezembro de 1999. Hoje estavam a procurar acordos com a Argélia e com a Mauritânia, entretanto, iam 3 meses de paralisação e não sabia quantas iriam ser as embarcações que teriam garantidos os postos de trabalho quando esses possíveis períodos de pesca com a Argélia e com a Mauritânia se pudessem fazer. Era esta a sua preocupação e fosse qual fosse a Câmara ele colocaria sempre este tipo de questões. -----

----- Quando referira o problema da formação profissional, achava bem a formação profissional mas aberta a todos os pescadores pós-laboral, porque dando formação àqueles pescadores que neste momento estavam inactivos estavam a alimentar uma situação e chamava a atenção para ela, que era no novo Quadro Comunitário 2000-2006 não estar contemplada a construção de embarcações novas. Só poderiam haver possíveis autorizações de construção para aqueles que já tinham embarcações. Por muita vontade que a Câmara tivesse, ele não via resultados.-----

----- **O Membro Carlos Afonso** disse que discordava de algumas questões que tentaram responder. Em matéria das piscinas devia dizer que na altura a prioridade do executivo era outra que não era agora, ou seja, era uma prioridade do abastecimento público e do cumprimento de uma promessa em termos de abastecimento público à população. Hoje, pelos vistos, em termos dessa capacidade de obra já realizada ou a realizar, tinham a outra prioridade que era legalizar, ou pelos menos, tentar sacar algum dinheiro com as piscinas. No entanto, não sabiam, ao fim e ao cabo, quantas piscinas tinham no concelho e qual seria o grau de acompanhamento e de fiscalização. -----

----- O Vereador Gameiro dissera, em termos das fossas, que no passado tinha-se descurado o saneamento. Actualmente não tinham descurado o saneamento mas estavam a deitar os despejos das fossas a céu aberto. Gostaria de saber se o Vereador já contabilizara quantos loteamentos e quantas autorizações de novas construções já tinham sido consumadas desde que tinham tomado posse e para quantas mini etares para todos esses loteamentos já tinham participado ou construído. -----

----- Em termos da descentralização, respeitava plenamente que ela tivesse esse andamento e toda essa gama de recursos postos à população em termos de benefício, mas pelo ponto de vista e por aquilo

que ele se apercebia, não tem correspondido. Em termos de licenças de caça, só em Dezembro ou Janeiro tinham começado a ser praticadas. Em termos de reparações das escolas, já tinham visto duas ou três escolas com funcionários da Autarquia . Ao fim e ao cabo, que descentralização era esta. -----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente**, reportando-se às pescas, esclareceu que nunca fora falado por parte da Câmara que haveria possibilidade de acordos bilaterais de Marrocos com Portugal uma vez que era sabido por todos que a União Europeia nunca iria permitir semelhante coisa. O que fora dito era que o Governo de Marrocos no acordo com a União Europeia poderia vir a optar pelas sociedades mistas.-----

----- Quanto à República da Argélia disponibilizar-se para firmar acordos com armadores de Sesimbra com vista a poderem pescar nas suas águas, recebeu um fax daquela República a dar a conhecer disso, entrara em contacto com a Secretaria de Estado, fora-lhe dito que ainda não tinham tido conhecimento, voltaram~lhe a ligar poucos minutos passados dizendo que já tinham conhecimento e que iriam entrar em contacto com a Embaixada e que a Câmara também o fizesse e deram conhecimento à Associação dos Industriais de Pesca do Concelho de Sesimbra assim como a Secretaria de Estado emitira um comunicado para todas as associações e, inclusive, para a rádio local para o difundir.-----

----- Quando se dizia que a Câmara não estava a dar a melhor atenção a este problema, não sabia se o Membro João Lopes pensava que a Câmara tinha capacidade negocial com o Governo de Marrocos com vista à elaboração de um novo acordo de pescas. Nem o governo português tinha acento nas negociações com Marrocos e ele estava a dar a entender que a Câmara de Sesimbra estaria em condições de vir a firmar alguns acordos quer com Marrocos ou com qualquer outro país com vista aos pescadores poderem vir a pescar noutras águas. Como Presidente de Câmara estava tão preocupado quanto aquele Membro que era membro do Sindicato e da Mútua dos Pescadores.-----

----- Quanto às piscinas, estavam a licenciá-las e a acompanhá-las e também fazendo um acompanhamento em paralelo na execução das obras de abastecimento de água fazendo mais furos, fazendo a 2ª. Fase da conduta elevatória, que estava concluída, construindo mais depósitos de distribuição de água, construindo outros “busters” de forma a elevar a água para as zonas mais altas do concelho. -----

----- **O Membro Carlos Afonso** disse, em relação à questão do empréstimo a médio e longo prazo, que o que gostaria de saber era se a leitura que fazia, e que era a seguinte, era correcta: “Firma Britobras – Obra de saneamento e pavimentação da Rua Serra da Arrábida – valor previsto da obra 35 mil contos, gastos 60 mil contos”. -----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, o **Vice-Presidente, Vereador Manuel José Pereira** explicou que ao definir-se o mapa que dera origem à aprovação deste empréstimo, que se destinava a um conjunto de obras, definira-se que para a obra “Saneamento e Pavimentação da Rua Serra da Arrábida, à partida, o custo total da obra seria financiada através deste empréstimo em cerca de 35 mil contos. Sucedia que o valor era apenas indicativo, a obra é que tinha que estar prevista quando se definia o plano do empréstimo, o valor que iria ser utilizado em cada uma das obras era apenas indicativo. -----

----- **O Vereador Cristovão Rodrigues**, reportando-se à dúvida que se voltara a colocar em termos da descentralização informou que como era sabido aquele processo, em termos de licença de caça, fora aprovado pela Assembleia Municipal em meados de 1999 e só a partir daí fora possível iniciar um processo de formação de todas as funcionárias das Juntas de Freguesia, o qual fora complexo, obrigando a deslocação das funcionárias da Autarquia à Quinta do Conde e a deslocação das funcionárias das Juntas de Freguesia de Santiago e do Castelo aos serviços da Autarquia. Nessa altura fora também iniciado um processo junto da Direcção Geral de Florestas, que infelizmente ainda nem sequer estava terminado e, por tudo isso, só em Dezembro de 1999 se iniciara esse processo. -----

----- Quanto à descentralização para as escolas, esse processo apenas referia as pequenas intervenções nas escolas para a qual, até na altura, fora criado um “plafond” hipotético de cerca de 100 contos por intervenção. Pontualmente numa ou noutra intervenção tinha havido acordo entre os serviços da Autarquia e as Juntas de Freguesia para que se efectuasse algumas intervenções pontuais para além destes montantes.-----

----- Quanto à questão de ver os funcionários da autarquia nas escolas, era normal que os visse e não só os dos serviços de educação, como também os do Departamento Técnico Executivo, quando tinha a ver com intervenções, nomeadamente na revisão geral de electricidade e outras obras de grande vulto. -

----- **O Vereador Alberto Gameiro**, esclarecendo o Membro Carlos Filipe, disse que na sua primeira intervenção referira que estava em processo de adjudicação a recuperação das lagoas da Carrasqueira, ou seja, a primeira bacia da lagoa da Carrasqueira estava assoreada e teriam de proceder ao seu desassoreamento, pelo que iam fazer uma obra de entrada que lhes permitisse que isso não voltasse a acontecer, indo investirem 60 mil contos. -----

----- Relativamente às piscinas e ao consumo de água, informou que se uma piscina tivesse os meios adequados, fosse fiscalizada e cumprisse o próprio projecto, seria cheia durante uma época balnear e a própria água seria reciclada, tendo pequenos acertos de reabastecimento. Portanto, não se deveria entender que uma piscina iria ser um sorvedor de água estava constantemente a encher e a despejar. ---

----- **O Membro João Lopes** disse que a informação dos subsídios quer para armadores quer para pescadores eram publicados no Jornal Sem Mais, que era de Setúbal, porque aqui em Sesimbra dificilmente chegavam a ter conhecimento disso. Perguntava se a Assembleia Municipal tinha condições, junto dos responsáveis da administração das pescas, de o poder fazer. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha muitas dúvidas que a Assembleia Municipal tivesse capacidade de intervenção nessa matéria, mas poderiam analisar com mais calma e profundidade. -----

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 2: “**Plano de Pormenor do Pinhal do General**“, tendo informado que este assunto baixara às Comissões “B” e “C”, tendo a Comissão “C” reunido e emitido acta, a qual fora enviada a todos os Membros, em que propunha a sua aprovação em Plenário.-----

----- Perguntou, depois, ao Coordenador da Comissão “C” se desejava acrescentar algo para além daquilo que estava transcrito na acta.-----

----- **O Coordenador da Comissão, Membro João Capítulo**, disse que a Comissão reunira e o parecer final, como era explícito na acta, era que o Plenário deveria aprovar este assunto, no entanto, sendo esta a maior Augi do Concelho, tinha havido alguma preocupação, nomeadamente, no que concernia a espaços verdes, tendo-lhes sido explicado que tinham sido criados aqueles que eram possíveis. Ele próprio achara que a Augi era grande demais e isso poderia afectar a própria gestão, mas fora-lhe explicado que tinha algumas vantagens, nomeadamente nas trocas dos espaços, ou seja, a própria administração que estava à frente do processo tinha mais possibilidades de resolver os problemas.-----

----- Uma vez que as explicações foram elucidativas, não tinham tido qualquer dúvida em propor a sua aprovação ao Plenário.-----

----- Abertas as inscrições, ninguém diligenciou intervir, tendo **o Presidente da Assembleia Municipal colocado à votação o Plano de Pormenor do Pinhal do General, apresentado pela Câmara Municipal, o qual mereceu aprovação unânime.**-----

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu, em seguida, início ao ponto 3: “**Eleição de Representante para Integrar o Júri para Atribuição do Prémio Municipal de Arquitectura Arqtº. Conceição e Silva** e informou que esta eleição iria ser por escrutínio secreto, passando-se à distribuição dos Boletins de Voto por todos os Membros presentes.----

----- Perguntou, depois, aos Líderes das Bancadas da CDU e do PSD se desejavam designar

escrutinadores ou se consideravam dispensável.-----

----- **O Membro Carlos Filipe** disse que pelo boletim de voto que lhes era distribuído, qualquer Membro poderia ser um dos elementos a compor o júri, no entanto, solicitava a interrupção dos trabalhos por cinco minutos para uma pequena reunião com os Líderes de Bancada e a Mesa para verem se chegariam a algum consenso, na indicação de um membro com o mínimo de capacidade técnica para integrar este Júri porque senão seriam capazes de ter a indicação de várias pessoas.-----

----- Nesta conformidade, os trabalhos foram suspensos por cinco minutos.-----

----- Recomeçados os mesmos, procedeu-se à recolha dos Boletins de Voto junto dos membros, com a sua introdução na urna.-----

----- Contados os votos, constatou-se o seguinte resultado: 11 votos expressos no Membro João Capítulo e 10 votos em branco.-----

----- Nesta conformidade, foi eleito para integrar o júri para atribuição do prémio municipal de arquitectura Arqtº. Conceição e Silva, o Membro João Capítulo.-----

----- O Membro Fernando Cheis não estava presente na sala.-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** desejou ao Membro João Capítulo as maiores felicidades no exercício desta, nem sempre fácil, função de apreciar os projectos e procurar o melhor projecto para atribuição do prémio-----

----- Encerrada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, referindo o art. 43º. do Regimento, referente ao uso da palavra pelo público.-----

----- Usou da palavra **o Munícipe Amadeu Araújo**, morador da Quinta do Conde, na Rua da Alegria, nº. 9 C, começando por dizer que pertencia à administração daquele prédio e que há cerca de 4 meses enviara uma carta à Câmara Municipal, contando que haviam dois bares junto a esse prédio que faziam muito barulho e que tem havido lá bastantes desacatos, mas que até ao momento não tinha obtido qualquer resposta.-----

----- Gostaria de saber o que é que a Câmara resolvera ou iria resolver em relação a este assunto.-----

----- Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente** pediu desculpas pelo facto de ainda não ter obtido resposta por parte da Câmara. O Vereador da área económica não estava naquele momento presente, mas amanhã mesmo ele iria dar conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para que o Munícipe fosse esclarecido do porquê não ter ainda obtido resposta e daquilo que a Câmara fizera ou estava a pensar fazer quanto à questão colocada.-----

----- Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”** foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

----- Nesta conformidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram zero horas e cinquenta minutos do dia 29 de Fevereiro

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----